

# ARTIGOS



## Brabos ou capoeiras? Repensando a repressão republicana no Recife

Israel Ozanam de Sousa

### RESUMO:

A proposta aqui é levantar alguns questionamentos a respeito da dimensão e dos efeitos das medidas de repressão à capoeira no Recife no início do século XX. Embora cronistas e historiadores afirmem que por volta de 1904-1908 foi empreendida uma campanha sistemática de erradicação da capoeiragem na cidade, os resultados parciais da nossa pesquisa sugerem que a ação policial contra os capoeiristas nesse período não foi mais eficaz do que em momentos anteriores e posteriores. Assim, embora a propaganda republicana em diversas partes do país, e também em Pernambuco, associasse os capoeiras ao regime decaído e, por conseguinte, apontasse a prática como inimiga da República, a forma particular como o novo sistema se implantou em Pernambuco talvez forneça indícios do que pode ter enfraquecido as tentativas de extinguir os capoeiras das ruas do Recife.

Palavras-chave: capoeira, repressão, república

### ABSTRACT:

Our goal here is to raise questions concerning the depth and the actual effects of the measures taken to repress capoeira in Recife at the beginning of the XXth century. Although chronists and historians say that around 1904-1908 there was a systematic campaign to eradicate capoeiragem from the city, the partial results in our research suggests that police action against the capoeiristas in this period wasn't really more effective than in any other time, before or after. Then, although republican propaganda in many parts of the country, and also in Pernambuco, associated the capoeiras to the decaying regime and, consequentially, denounced this practice as an enemy of the Republic, the particular form in which this new system was implemented in Pernambuco can possibly give us indications as to what might have weakened the multiple attempts to extinguish the capoeiras from the streets of Recife.

Key-words: capoeira, repression, republic

## 1. Introdução

O primeiro Código Penal da República, promulgado em outubro de 1890, dedicava três artigos à capoeira. Os famosos exercícios de agilidade e destreza corporal estavam então legalmente proibidos nos espaços públicos, com agravante para quem integrasse algum bando ou malta, especialmente os seus líderes. Como era de se esperar, o capoeira reincidente teria a sua pena ampliada, assim como aqueles que provocassem algum distúrbio ou fossem flagrados portando armas.<sup>1</sup>

Em alguns estados, porém, a repressão republicana veio antes mesmo da lei. O exemplo mais destacado pela historiografia nesse sentido é o do Rio de Janeiro, onde os capoeiras vinham há décadas se envolvendo em conflitos partidários nas ruas e tecendo uma complexa relação com a polícia e políticos de destaque. Diante disso, Sampaio Ferraz, republicano histórico e primeiro chefe de polícia do Rio no novo regime, encarou como prioridade desfazer as articulações que mantinham os capoeiristas no centro da vida política da antiga Corte.

Para isso ele reprimiu os laços de cumplicidade mantidos entre capoeiras e militares, extinguiu a polícia secreta – na qual estavam infiltrados muitos capoeiristas – e introduziu na polícia do Rio soldados provenientes de São Paulo, talvez para não haver riscos de suas ordens serem desacatadas em favor de vínculos pessoais. Inclusive a forte influência de alguns políticos, sobretudo para beneficiar capoeiristas de famílias ricas, também esbarrou na resistência do chefe de polícia, que tratou de fazer partir para Fernando de Noronha o primeiro navio repleto de capoeiras (e outras pessoas indesejadas pelos líderes do novo regime) no início de janeiro de 1890.<sup>2</sup>

Essa medida viria a repercutir ainda em 1890 no Pará, onde o governo, defendendo a necessidade de livrar a sociedade paraense da capoeiragem com uma medida semelhante à que vinha sendo empreendida em outros estados – e possivelmente seu principal referencial fosse o Rio de Janeiro –, persegue e deporta uma grande quantidade de capoeiristas para o Amapá.<sup>3</sup> De acordo com o historiador Luiz Augusto Leal, ao mesmo tempo em que a repressão aos

---

<sup>1</sup> Cf. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999. P.338.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.324-339.

<sup>3</sup> Cf. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008. P.106-124.

capoeiras paraenses era justificada sob a alegação de problemas sociais relativos ao disciplinamento das camadas mais pobres, os políticos republicanos acreditavam que ela era necessária à manutenção do novo sistema.<sup>4</sup>

Portanto, a referência a uma repressão republicana aos capoeiristas não pressupõe que antes de 1889 eles tivessem total liberdade de atuação, mas sim que foi isso, ou algo nesse sentido, que os discursos de propagandistas do sistema político implantado a partir de então procuravam sugerir. Em outras palavras, no momento em que os republicanos demarcavam diferenças em relação ao regime anterior, a capoeiragem esteve entre as práticas e símbolos escolhidos como inimigos da República.<sup>5</sup>

## **2. A capoeira “dos tempos antigos” no Recife**

Em 1884 um velho conservador comentava em seu diário os incidentes das eleições do Recife para deputados da Assembléia Geral. Segundo ele, o líder da política liberal José Mariano, ao redor do qual girava a “massa popular do Recife (...) principalmente o povo de São José” teria comandado os capoeiras que executaram o Major Bodé, principal representante do Partido Conservador naquela freguesia.<sup>6</sup> Outra versão defende que havia rumores de que se estava tentando matar Mariano e, portanto, a ação dos seus fiéis guarda-costas Nicoláu e Rosendo tivera apenas o intuito de proteger o político liberal.<sup>7</sup>

É muito difícil dizer até que ponto podemos atribuir a ação dos capoeiras na política recifense durante a última década do Império apenas ao vínculo que esses possuíam com José Mariano e outros líderes ligados à idéia de abolição da escravidão ou mesmo a clubes abolicionistas. Sugerir isso como alternativa à ausência de pesquisas sobre o assunto, avaliando a atuação dos capoeiras do

---

<sup>4</sup> Ibidem, p.139.

<sup>5</sup> Cf. BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). *Revista Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n.º. 20, jun. 1991. P.239.

<sup>6</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”*. Recife: Massangana, 1989. (Série República, 7). P.74-77.

<sup>7</sup> Ibidem.

Recife em termos de gratidão<sup>8</sup> seria bastante arriscado, até porque os exemplos não encorajam uma interpretação nesse sentido. No caso do Rio de Janeiro, Soares afirma que apesar de no final do Império ter se tornado frequente a ação dos capoeiras em favor de lideranças conservadoras, um traço distintivo da *política nas ruas* promovida por eles era a autonomia frente às facções políticas.<sup>9</sup>

É mais seguro destacar a insistência de um jornal de oposição a José Mariano como o Diário de Pernambuco em atribuir a parceria com os capoeiras exclusivamente a ele e seus correligionários. Ao discutir a situação de José Mariano no início da República, um artigo anônimo do Diário procura conferir-lhe o oportunismo de juntar-se a figuras populares do abolicionismo com o intuito de promover a sua imagem, desgastada por conta de suas práticas políticas no regime anterior. Para o autor, a nova era não dava espaço às fraudes e à violência típica da política imperial, pois

se estamos no regime da ditadura, é a espada que brilha, a espada e não a faca de ponta; a arma defensora da pátria vibrada pelo braço do soldado inteligente e patriota e não a faca ou a navalha manejada pela mão do capoeira e do capanga exclusivamente em defesa dos seus interesses ou de quem melhor pagar.<sup>10</sup>

Talvez os historiadores e cronistas que escreveram sobre a capoeira no Recife tenham deixado um pouco de lado a insistência dos republicanos na oposição entre, de um lado, capoeira e violência na política monárquica como um todo e, do outro, a ordem que se tentava instituir no início da República. Levar isso em conta é fundamental na hora de refletirmos sobre os discursos de erradicação da capoeiragem que frequentemente são tomados como expressão de uma repressão efetiva e bem-sucedida. Assim, quando no início do século XX se comenta a ação dos capoeiras em frente às bandas do Recife, a primeira coisa que se diz é: “os capoeiras estão novamente se lembrando dos tempos antigos”<sup>11</sup>,

---

<sup>8</sup> Para Augusto Oliveira Mattos o surgimento da Guarda Negra na Corte pode ser explicado em termos de gratidão à princesa Isabel pela abolição da escravidão. Ver: MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império* (Rio de Janeiro 1888 – 1889).

<sup>9</sup> Cf. SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. cit.

<sup>10</sup> Diário de Pernambuco, 01 de janeiro de 1890.

<sup>11</sup> Jornal Pequeno, 09 de agosto de 1905.

mesmo que no intervalo que separa os “tempos antigos” dos “novos tempos” a sua atividade tenha se mantido constante.

Entre os capítulos do envolvimento de capoeiras na política do Império, a Guarda Negra foi aquele ao qual o discurso republicano no Recife se apegará com maior intensidade nos primeiros meses da República. E não é à toa, pois aquela Guarda surgiu no Rio de Janeiro como uma associação de libertos em defesa da Monarquia e não significou apenas uma ação pontual, visto que nela participaram capoeiristas que há muito se envolviam em conflitos de cunho político-partidário nas ruas.

É nesse sentido que José Mariano será considerado por diversas vezes o criador da Guarda Negra do Recife. E com isso queremos dizer que aquele líder abolicionista não tinha, no final das contas, contato com capoeiristas e tudo não passava da projeção sobre ele de uma imagem de desvirtuamento da ética na política por parte dos adversários? Pelo contrário, sugerimos que muitos outros políticos além dele podem ter envolvido capoeiristas nas suas disputas. Inclusive autores como Mário Sette e Oscar Mello e periódicos como o *Jornal Pequeno* apontam a participação dos brabos na política numa relação que incluía a troca de proteção para estes contra as malhas da polícia e da justiça por um lado e, em contrapartida, a proteção física para os políticos ou os serviços de violência e intimidação ao seu favor durante as eleições.<sup>12</sup>

### **3. Construindo a repressão do Dr. Santos Moreira**

No livro em que comenta o passado violento da cidade do Recife, Oscar Mello confere destaque aos valentes faquistas que exploravam maxixes e casas de jogos, se envolviam em muitos conflitos em seus espaços de sociabilidade e inspiravam temor não só pela sua agressividade mas também, como foi dito, por desfrutarem de vínculos com chefes políticos. Segundo o autor, a ousadia de homens como Arthur Jararaca, Nascimento Grande, Cosmo Pretinho, Adama e outros teria chegado ao ponto de forçar a polícia a organizar uma campanha contra eles.

---

<sup>12</sup> Cf. SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. 4 ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Coleção cidade do Recife, 19); MELLO, Oscar. Recife Sangrento. Recife, s/e, 1937.

Iniciada por Manuel dos Santos Moreira, chefe de polícia do estado durante a gestão do desembargador Sigismundo Gonçalves, essa medida teria sido implacável. Com ela, em alguns meses o Recife estaria livre daqueles elementos, seja porque foram presos e enviados para Fernando de Noronha, seja por terem sido mortos ao resistirem à prisão. Por fim, o autor afirma que a campanha de extermínio foi continuada por Ulysses Costas, Chefe de Polícia no governo seguinte.

Oscar Mello não será o único a comentar a atuação de valentões nas ruas do Recife, envolvidos com práticas de um universo onde as fronteiras entre a lei e a transgressão eram constantemente questionadas. Mário Sette está entre os que destacam a fama que aqueles indivíduos tinham como capangas de homens poderosos, mas não deixa de comentar que em algum momento houve uma grande mudança. Não fazia parte da proposta desse autor preencher seu relato com datas precisas e referências. Para ele bastava mencionar que os capoeiras, “modalidade mais ágil e pública dos valentes”<sup>13</sup>, desapareceram e deixaram continuadores: os brabos. Estes também seriam protegidos da política, mas agiriam muito discretamente. Nada de grandes agitações em desfiles da polícia ou do exército, a época agora seria propícia a ações isoladas em lugares como pastoris ou mesmo na alta sociedade, caso esse fosse um dos brabos “de classe superior”.

Sendo assim, temos uma série de interpretações que poderiam levar a algumas suposições acerca do combate à capoeira no Recife do início da República. Em primeiro lugar, os capoeiras estavam entre os eleitos como inimigos do sistema instaurado em 1889 e esse foi um discurso cuja repercussão pôde ser observada em jornais do Recife.<sup>14</sup> Além disso, cronistas das primeiras décadas do século XX fizeram alusões a uma política de repressão a capoeiras da cidade, ou pelo menos a seu desaparecimento.<sup>15</sup> Portanto, não seria surpreendente se o historiador associasse esses elementos a fim de elaborar uma narrativa pautada na idéia de que no início do século passado o regime republicano rompeu as enraizadas relações que os capoeiras mantinham com

---

<sup>13</sup> SETTE, Mário. Op. cit., p.86.

<sup>14</sup> Diário de Pernambuco, 01 de janeiro de 1890.

<sup>15</sup> SETTE, Mário. Op. cit.; MELLO, Oscar. Op. cit.

diversos setores da sociedade recifense. E foi isso o que fez Raimundo Arrais no livro “Recife, culturas e confrontos.”<sup>16</sup>

Nesse trabalho de grande importância para a História Cultural de Pernambuco, o autor distingue por tópicos a atuação de brabos e capoeiras. Levando em conta a diversidade das práticas culturais comentadas no livro, Arrais possivelmente não teria condições de trabalhar detalhadamente cada uma delas, diversificando as fontes e cruzando suas informações. Assim, em relação à capoeira o autor se baseia principalmente nos relatos dos cronistas aqui mencionados e conclui que “a ação sistemática empreendida contra os capoeiras foi obra do regime implantado em 1889 e no Recife ocorreu entre 1904 e 1908, quando a polícia levou a cabo uma operação de combate e extinção dos capoeiras da cidade.”<sup>17</sup>

Além disso, ele apóia a noção de que no lugar dos capoeiras teriam surgido os brabos e explica que as maltas de capoeiras “ligaram a sua atuação à vida política no período monárquico, sob a influência de figuras que adquiriam larga popularidade entre pobres e negros, por ocasião da campanha abolicionista que teve grandes momentos no Recife.”<sup>18</sup> Os brabos, por sua vez, seriam representantes do contexto clientelista da Primeira República e embora a repressão também os tivesse alcançado em alguma medida, seus vínculos políticos fortes teriam permitido que eles se mantivessem como sucessores dos capoeiras.

#### **4. A eficácia da repressão em questão**

No relatório do Chefe de Polícia referente ao ano de 1904, enviado por Manoel dos Santos Moreira ao governador do estado, foi enfatizado num tópico específico o enfrentamento que a autoridade policial afirmava estar empreendendo aos jogos proibidos. Além disso, constam referências aos problemas de indisciplina entre praças de polícia e às repercussões violentas da revolta no Rio contra a vacina obrigatória, sobre as quais, segundo Santos Moreira, teria

---

<sup>16</sup> ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

<sup>17</sup> *Ibidem*, P.93.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.94.

prevalcido o “supremo governo da República”.<sup>19</sup> Contudo, nas trinta e duas páginas de exposição acerca do pretense primeiro ano da grande repressão à capoeiragem não há nenhum tópico ou mesmo referência a essa campanha.

Pensar o passado estabelecendo periodizações pode parecer uma alternativa atraente quando pretendemos imbuir de um tom conclusivo nossas interpretações. Com efeito, sem a definição de marcos divisórios se torna mais complexo explicar transformações pelas quais passaram as relações sociais, o desaparecimento de determinados hábitos ou mudanças nos significados de práticas culturais.

No caso da capoeira no Recife, até mesmo em termos de pesquisa seria oportuno considerarmos o fim da primeira década do século XX como o ponto final em um capítulo da história pernambucana. Assim, a herança dos movimentos corporais em frente aos desfiles ficaria com o frevo, enquanto a valentia e a associação aos políticos teriam sua representação nos brabos. No entanto, a análise da documentação levantada até o momento em nossa pesquisa não nos leva a concordar com essa classificação.<sup>20</sup>

No último dia de janeiro de 1907 o Jornal do Recife, de propriedade do governador do estado, trazia um artigo reconhecendo a delicada situação da segurança pública em Pernambuco naquele momento. Comentando o artigo, o Jornal Pequeno aponta que “se o Dr. Santos Moreira procura desempenhar corretamente o cargo de chefe de polícia, muitos dos seus auxiliares se revelam ineptos.”<sup>21</sup> E conclui atribuindo os problemas da violência à situação política propícia à impunidade, onde muitos criminosos conhecidos desfrutariam da proteção de políticos influentes.

Assim, no início do ano de 1907, quando a erradicação da capoeira pela polícia estaria no auge, o reconhecimento da ineficiência das ações repressivas é um convite a pensarmos em primeiro lugar nas características das forças repressoras do Estado naquele momento. Acreditamos que um dos equívocos nos

---

<sup>19</sup> Arquivo Público Estadual, Fundo SSP, Série: Repartição Central de Polícia – Sub-série: Relatório dos Chefes de Polícia – vol. 1328.

<sup>20</sup> Aqui tomamos como referências principalmente os livros do Fundo SSP referentes à 1ª delegacia da capital entre 1904 e 1908 (que abrangia os distritos de São José, Afogados, Madalena, Peres, Boa-Viagem e Torre) e o Jornal Pequeno dos anos de 1904 e 1905.

<sup>21</sup> Jornal Pequeno, 31 de janeiro de 1907.

quais poderíamos incorrer ao analisar a atuação do Estado perante as práticas populares, fossem ilegais ou não, seria o de considerar a polícia e as forças armadas como mecanismos repressivos amplamente eficazes e antagônicos às camadas sociais desfavorecidas.

Muitas vezes o tipo de arbitrariedades – e eram muitas as arbitrariedades – que os praças de polícia praticavam contra maracatus em dias de carnaval, contra capoeiristas nas procissões ou desfiles de bandas e contra outras práticas culturais se dirigia a desafetos pessoais e não era necessariamente resultado da extrapolação de uma medida recomendada pelos seus superiores. Até porque frequentemente esses praças agiam dessa forma em momentos de embriaguez ou enquanto tomavam parte em atividades que deveriam estar coibindo.

Contudo, apontar a polícia como uma instituição associada a práticas que estaria encarregada de reprimir não significa automaticamente que em nenhum momento possa ter havido uma gestão rigorosa o suficiente para modificar as complexas relações até então mantidas pela corporação com as pessoas que viviam nos limites entre a lei e a ilegalidade. Um exemplo disso é ainda o caso do Rio de Janeiro, onde, como foi dito acima, até pouco antes da repressão de Sampaio Ferraz havia uma polícia secreta da qual muitos integrantes eram capoeiristas.<sup>22</sup> A questão é sabermos se em Pernambuco um político que se propusesse a tomar medidas semelhantes teria força para tanto.

Sampaio Ferraz era um republicano histórico e veterano de combates de rua contra a Guarda Negra no final da Monarquia. Sua a gestão na polícia do Rio representou a atuação de um grupo que no início da República nem sempre conseguiu prevalecer sobre a elite política estabelecida desde os tempos da Monarquia. Em Pernambuco o movimento republicano tinha pouca expressividade até o final do Império e mesmo quando em 1888 conseguiu organizar-se o suficiente para fundar um partido, não chegou a representar uma ameaça às forças políticas estabelecidas no estado.<sup>23</sup>

Em situações como essa, a proclamação da República pode ter representado muito menos transformações na composição das elites políticas do

---

<sup>22</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Op. cit.

<sup>23</sup> Cf. HOFFNAGEL, Marc Jay. O movimento republicano em Pernambuco (1870-1889). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v.49, 1977, p.31-56.

que em casos como o do Pará, onde apesar de o movimento republicano também não ter representado muita consistência durante o império, alguns dos seus representantes compuseram o poder com os militares após 15 de novembro. Conforme Luiz Leal, a campanha promovida em 1890 contra os capoeiras naquele estado será basicamente uma ação desses políticos contra capoeiristas associados à oposição, em boa medida composta por antigos liberais e conservadores agora congregados no Partido Democrático.<sup>24</sup>

Diante da carência de estudos a respeito da acomodação das forças políticas no início da República em Pernambuco e principalmente acerca da relação entre capoeiras e políticos no final do Império, dificilmente poderíamos nos apoiar apenas na argumentação acima para explicar as limitações de uma tentativa de reprimir a capoeira no início da República. Se essa interpretação não for adequada, precisamos pensar em outras para lidar com a ausência de sinais de uma ação repressiva sistemática do Estado contra os capoeiras na documentação policial. Pois em distritos como Afogados e o 1º e 2º de São José, o dia-a-dia dos livros das delegacias de polícia entre 1904 e 1908 anunciam brigas entre capoeiras, conflitos em pastoris e bumba-meu-boi, capoeiras presos, agressões entre músicos da força policial e outras ocorrências comuns naquele período de maneira não muito diferente de como as situações são narradas em outras gestões.<sup>25</sup>

Num contexto de repressão firme e organizada poderíamos esperar alguns sinais específicos de maior atenção da polícia a determinadas práticas. Tomemos como exemplo os jogos proibidos. Quando eventualmente as forças policiais pareciam dedicar-se mais ao combate aos jogos, subdelegados enviavam endereços de residências suspeitas e se tornavam frequentes os casos de cercos policiais às casas envolvidas com essas atividades. Em relação aos capoeiras não parece ter havido nenhum momento específico entre 1890 e 1920 no qual as forças policiais se concentraram em empreender medidas semelhantes.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Cf. LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Op. cit.

<sup>25</sup> Arquivo Público Estadual, Fundo SSP, Segunda Delegacia da Capital, vol. 438-443.

<sup>26</sup> Essa afirmação se baseia na análise dos livros das delegacias entre os volumes 431 a 461 e 476 a 481 do Fundo da Secretaria de Segurança Pública do Arquivo Público Estadual e também no volume 1328, onde constam os relatórios anuais dos Chefes de Polícia dos anos de 1905 e 1910.

Além do mais, mesmo que uma prática em algum momento tenha sido reprimida com maior intensidade não significa necessariamente que ela tenda a desaparecer. Os jogos proibidos também servem de exemplo nesse sentido, pois mesmo sua perseguição sendo anunciada nos relatórios do Chefe de Polícia e em inúmeras ocorrências no final do século XIX e início do século XX, ao longo da década de 1910 continuarão a aparecer sinais da atividade no Recife.

É importante nos determos um pouco na década de 1910. Nela encontramos referências a indivíduos que cronistas e historiadores apontaram como desaparecidos das ruas do Recife após a campanha de Santos Moreira. Um deles é Antônio Padeiro, cuja morte Raimundo Arrais inclui entre os resultados da repressão, embora provocada por outro capoeirista. Curiosamente Antônio Padeiro continuaria a perseguir esse mesmo capoeirista ainda em 1919.<sup>27</sup> A política também não parece ter sido abandonada pelos capoeiras após 1908, pois há quem defenda que eles atuaram na agitada campanha em favor da eleição de Dantas Barreto para governador em oposição à oligarquia de Rosa e Silva.

Os incidentes entre populares e praças do exército contra a Polícia tiveram início no dia 7 de setembro: o Tiro Pernambucano e a 3ª Bateria Independente voltavam da parada e os capoeiras, que os ladeavam e vivavam Dantas, quiseram obrigar um policial a acompanhá-los nos vivas: houve reação da patrulha e o conflito generalizou-se.<sup>28</sup>

Ao analisar esse evento, o próprio Raimundo Arrais menciona brevemente uma “versão da A Província” de oito de setembro de 1911, segundo a qual uma “horda de capangas, exibindo grossos cacetes, faca de ponta, pistolas, etc., tomou a frente da musica da terceira bateria independente, fazendo saltos de capoeiragem” no dia anterior.<sup>29</sup> Embora o autor mencione essa descrição como apenas a versão de A Província para um caso narrado de maneira um pouco diferente (sem menção à capoeiragem) por outras fontes, essa não será a única referência a capoeiras agindo publicamente após 1908, mesmo levando em conta a pequena quantidade de menções diretas à prática na documentação das

---

<sup>27</sup> A Província, 17 de dezembro de 1919, p.3.

<sup>28</sup> FILHO, Lemos. *Clã do açúcar*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960. P.12.

<sup>29</sup> ARRAIS, Raimundo. Op. cit., p.178.

primeiras décadas da República (seja antes ou depois de 1904), algo percebido também por pesquisadores da capoeira em outros estados.<sup>30</sup> De qualquer forma, continuarão a surgir queixas como a publicada no jornal A Província no mês de junho de 1915, onde se denuncia uma malta de jovens que se reúne para jogar capoeira na Rua da Praia e no Cais do Ramos.<sup>31</sup>

Com isso não queremos dizer que o chefe de polícia Santos Moreira não tenha tido a intenção de romper os laços políticos dos capoeiras e eliminá-los das ruas da cidade. O problema é tomarmos as referências a isso como expressão direta do que viria a ocorrer com os capoeiristas, sem consideramos as implicações e obstáculos com os quais se depararia a autoridade na execução dessa proposta. Ainda não encontramos documentos nos quais Santos Moreira defende medidas contra a capoeiragem, mas isso será posto em pauta quase vinte anos depois no relatório anual do Chefe de Polícia em 1923.

Ali, quando a capoeira já teria há muitos anos desaparecido de acordo com a interpretação questionada por nós, ela ainda preocuparia as autoridades a ponto de fazer o Chefe de Polícia defender a sua erradicação e a criação de casas correcionais para os seus praticantes, pois, segundo ele, “tanto a vagabundagem quanto a capoeira estão profundamente ligadas ao Direito Penal (...) A primeira é um vício contrário à organização da sociedade” e a segunda “à ordem e a tranquilidade pública”<sup>32</sup>.

## 5. Mas e os brabos?

Se os capoeiras ainda preocupavam a polícia no início da década de 1920, quem eram, afinal, os brabos dos quais tanto se falou como seus sucedâneos? Em relação a isso é importante evitarmos indagar em que medida os homens descritos nos documentos se aproximam mais ou menos das categorias que posteriormente acreditamos adequadas a eles, pois se nos preocuparmos em perseguir a identidade dos capoeiras do Recife a partir de algum referencial

---

<sup>30</sup> DIAS, Adriana Albert. *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910 – 1925)*. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador; LEAL, Luiz Augusto. Op. cit.

<sup>31</sup> A Província, 22/06/1915, página 04, coluna 02.

<sup>32</sup> Arquivo Público Estadual, Fundo SSP, Série: Repartição Central de Polícia – Sub-série: Relatório dos Chefes de Polícia – vol. 1328.

estático e não levarmos em consideração a forma como na documentação a prática era percebida haverá o risco de serem desconsiderados os variados significados que no período trabalhado – em diferentes momentos dele – se procurava atribuir à capoeiragem.

Quando Oscar Mello menciona a repressão, ele não afirma que os indivíduos mencionados por ele eram capoeiras e os que sobreviveram seriam brabos, nem Guilherme de Araújo faz distinções entre brabos e capoeiras.<sup>33</sup> Para este autor, uma das principais características dos brabos era a participação nos desfiles das bandas de música. Nesse sentido, homens como Chico Cândido, Santos Fininho e Marechal são descritos por ele ora como brabos, ora como capoeiras. Isso também ocorre quando comparamos os autores, como no caso de Adama, que pode ser brabo, capoeira ou simplesmente desordeiro, como geralmente o designavam jornalistas e subdelegados.

Enquanto os documentos aludem à capoeira após 1908, são diversas as menções a bravos antes de 1904 em situações que nada tinham de discretas, como por exemplo quando atuavam juntamente a José Mariano.<sup>34</sup> Inclusive vale comentar um artigo do Diário de Pernambuco de abril de 1890, no qual perpassam algumas questões discutidas aqui. Nos meses que sucederam a proclamação da República José Mariano parece ter se ocupado bastante em ser reconhecido como republicano. O autor do artigo, talvez representando uma facção de republicanos históricos ou simplesmente de novos republicanos já posicionados nas altas esferas da política do estado, afirmava que a adesão ao partido republicano pressupunha a aceitação de princípios que Mariano, embora afirmasse o contrário, seria incapaz seguir.

As provas disso residiriam, segundo o autor, nas ilegalidades habitualmente praticadas pelo antigo líder liberal nas eleições, nas quais estariam envolvidos homens em outros momentos associados ao que se afirmava ter sido uma Guarda Negra de Mariano no final do Império. Ele então menciona a “habilidade e astúcia para assalariar e ter ao seu serviço a malta de que dispõe o Sr. José Mariano” e

---

<sup>33</sup>ARAÚJO, Guilherme de. Capoeiras e Valentões do Recife. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol XL, nº145, 1946, p.118-122.

<sup>34</sup> Diário de Pernambuco, 11 de dezembro de 1889.

conclui que se aquele político chegar ao poder, “ele não só liquidará o Tesouro como deixará este Estado entregue à generosidade de seus brabos.”<sup>35</sup>

Desse modo, acreditamos que nos jornais expressões como brabo e capoeira são intercambiáveis ao longo do período estudado porque a distinção precisa entre esses dois é uma formulação posterior e por isso não faz sentido procurar identificar, por exemplo, o que diferencia a ação do brabo Jovino dos Coelhos da do capoeira Arthur Jararaca, que poderá ser descrito simplesmente como desordeiro em uma fonte<sup>36</sup>, como capoeira em outra<sup>37</sup> e como brabo por Oscar Mello.

## 6. Considerações finais

Na coluna da Repartição de Polícia do Diário de Pernambuco de 04 de setembro de 1890 um discreto tópico informa

De acordo com o disposto no aviso do ministério da justiça de 14 de Junho ultimo e conforme vos requereram os indivíduos José Elysio dos Reis e Adolpho Duarte de Moraes, os quais haviam sido por ordem do governo deportados para o Presídio de Fernando, como capoeiras, fiz ontem transferi-los da Casa de Detenção para bordo dos paquetes Nerthe e Tamar, nos quais seguiram para Europa, tendo ambos assinado perante esta chefatura o termo recomendado pelo citado aviso e em virtude do qual obrigaram-se a não regressar ao território da Republica sem licença do governo, sob pena de reclusão por tempo indeterminado.<sup>38</sup>

José Elysio dos Reis, mais conhecido como Juca Reis, fora um dos capoeiras mais famosos do Rio de Janeiro e após passar alguns anos no exterior voltava ao Brasil com o intuito de estar presente na partilha da herança do seu pai. Para Sampaio Ferraz, Juca Reis era o “símbolo da elite que dominou a Corte durante muitas décadas, e fez da capoeira um instrumento de poder.”<sup>39</sup> De maneira envolvente Carlos Eugênio descreve a pressão de antigas alianças políticas do Conde de Matosinhos, pai de Juca Reis, para livrá-lo da deportação

---

<sup>35</sup> Diário de Pernambuco, 17 de abril de 1890.

<sup>36</sup> Diário de Pernambuco, 26 de julho de 1900.

<sup>37</sup> Arquivo Público Estadual, Fundo SSP, Segunda Delegacia da Capital, vol. 479 - 1900, 23/07/1900.

<sup>38</sup> Diário de Pernambuco, 04 de setembro de 1890.

<sup>39</sup> SOARES, Carlos Eugênio Libano. Op. cit. P.337.

para Fernando de Noronha, que acabaria se concretizando. Porém, fica faltando o último detalhe.

Assim, se por um lado em 12 de junho de 1890 o antigo capoeirista desembarcava em Fernando de Noronha, em contrapartida, como aponta a coluna policial do Diário, menos de três meses depois ele voltava à Europa. Casos como esse nos ajudam a pensar que apesar do discurso enfático, para aplicar medidas bastante contundentes em relação às práticas estabelecidas as autoridades políticas precisam enfrentar complexas redes de relações que muitas vezes terminam de certa forma amortecendo os efeitos das propostas iniciais.

No caso do Rio de Janeiro, Carlos Eugênio afirma que a repressão promovida por Sampaio Ferraz não representou a extinção completa da capoeira, mas sim “o fim de uma situação política e social, dentro da qual os capoeiras estavam plenamente integrados”<sup>40</sup>. Será que podemos pensar em termos semelhantes em relação ao Recife? Até o momento as reflexões da nossa pesquisa nos leva a acreditar que não. Porém, quando lançamos nosso olhar sobre as obras de autores como Mário Sette, não rejeitamos a sua interpretação como um mero equívoco. Afinal, o livro “Maxambombas e Maracatus”, como aponta Raimundo Arrais em outro trabalho<sup>41</sup>, estava inserido numa proposta maior de elaborar as “Crônicas do Recife Antigo”, dentro da qual adquiria sentido o estabelecimento de marcos distintivos entre o antigo – do qual o capoeira seria um personagem – e o novo Recife.

---

<sup>40</sup> Ibidem, p.339.

<sup>41</sup> ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2004. (Série Teses). P.61.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Guilherme de. Capoeiras e Valentões do Recife. *Revista do instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*, Recife: vol XL, nº145, 1946, p.118-122.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2004. (Série Teses).

\_\_\_\_\_. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). *Revista Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, nº. 20, jun. 1991.

DIAS, Adriana Albert. *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910 – 1925)*. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FILHO, Lemos. *Clã do açúcar*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

FREYRE, Gilberto. *O velho Félix e suas "memórias de um Cavalcanti"*. Recife: Massangana, 1989. (Série República, 7).

HOFFNAGEL, Marc Jay. O movimento republicano em Pernambuco (1870-1889). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v.49, 1977, p.31-56.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro 1888 – 1889)*.

MELLO, Oscar. Recife Sangrento. Recife, s/e, 1937.

SETTE, Mário. *Maxambombas e maracatus*. 4 ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Coleção cidade do Recife, 19).

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.